



# Resenha:

FERNANDES, Florestan

## A Revolução Burguesa no Brasil

### Ensaio de Interpretação Sociológica

Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1976, 412 págs.

Mário Maestri

[Mario\\_Maestri@revistapraxis.cjb.net](mailto:Mario_Maestri@revistapraxis.cjb.net)

Doutor em história pela Université Catholique de Louvain, Bélgica, pesquisador do Instituto de Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias de Sul, professor das Universidades de Caxias do Sul e de Passo Fundo, sócio da Revista Práxis.

Na contribuição de Florestan Fernandes para a crítica da história da formação social brasileira ressaltam-se suas investigações sobre as comunidades nativas do litoral e sobre a questão racial, apresentadas em *Organização social dos tupinambá*, *A função social da guerra na sociedade tupinambá* e *A integração do negro na sociedade de classes*. Na mesma ordem de importância encontra-se o livro *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. Esses trabalhos constituem marcos referências para os estudiosos de nosso passado.

*A Revolução Burguesa no Brasil* possui uma importante singularidade em relação às outras principais obras de Florestan Fernandes. Ela não constitui uma reflexão surgida das determinações e contingências de sua carreira acadêmica. Na "Nota explicativa" à primeira edição, de agosto de 1974, o autor assinala que aquele livro, apesar de produto de um sociólogo de profissão, expressava, sobretudo, "as frustrações e as esperanças de um socialista militante."

Muito mais do que vinte anos separam-nos da redação de *A revolução burguesa no Brasil*. Em fins dos anos oitenta, a vitória histórica do capital sobre o trabalho criou abismos mais profundos, entre aqueles tempos e os nossos, do que o mero transcurso do tempo cronológico. Hoje, já não é evidente, como o era naquele então, para os leitores dessa

obra, que o autor, ao discutir a "A revolução burguesa", discutia também, e sobretudo, a "revolução socialista" no Brasil. O mesmo fizera Caio Prado Júnior, em 1966, ao editar *A revolução brasileira*. Nos anos sessenta e setenta, é bom lembrar, essa discussão não possuía sentido utópico.

Na mesma "Nota explicativa", Florestan Fernandes lembrava que o livro começara a ser escrito, oito anos antes, em 1966, como uma "resposta intelectual à situação política que se criara com o regime instaurado em 31 de março de 1964". Deixado de lado, fora concluído no "segundo semestre de 1973", quando o autor retomou e reformulou "os planos iniciais", adaptando-os seus "pontos de vistas" da época. Nesse ano de 1973, foi iniciada e concluída a "redação da terceira parte", referente à "Revolução burguesa e capitalismo dependente". Ou seja, referente ao pós-64.

Essa terceira e última parte foi escrita durante uma conjuntura singular. Na época, em pleno governo Emílio Garrastazu Médici, o Brasil vivia a euforia do "milagre econômico", com a inflação em taxas inferiores aos 20%, e o desenvolvimento do PIB ultrapassando os 11%. Concomitante à euforia desenvolvimentista, a esquerda sofria sua segunda grande derrota. Após o desastre das estratégias colaboracionistas e reformistas, em 1964, a esquerda marxista e as organizações armadas eram irremediável e brutalmente batidas e dizimadas. Em 17 de setembro de 1971, morrera o capitão Lamarca, no interior da Bahia. Em 1973, em silêncio, iniciava a violenta repressão à guerrilha rural do Araguaia, que terminaria apenas em 1975.

No cenário latino-americano, a conjuntura era também dramática. Nos diversos países da América Latina vicejaram governos ditatoriais, dedicados à repressão, quando não à eliminação física da vanguarda de esquerda e sindical. Em setembro de 1973, a Unidade Popular era derrubada e iniciava o martírio do movimento popular chileno. Entretanto, em 1º de maio de 1974, o exército de libertação nacional penetrava em Saigon, pondo fim à longa guerra do Vietnã, com clamorosa vitória das forças revolucionárias e anti-imperialistas.

No Brasil, o crescimento econômico, o pleno emprego tendencial, a expansão do consumo de bens duráveis para a classe média, e de semi-duráveis, para as classes operárias, criava uma situação que, associada à repressão e a uma intensa propaganda dos grandes meios de comunicação social, permitia que a ditadura militar começasse a conquistar os seus momentos de maior consenso.

No Brasil, há fenômenos de nosso passado recente que constituem um quase tabu. Com a chamada redemocratização, tendeu-se a apresentar como base de apoio do governo militar apenas as classes burguesas endinheiradas, a alta oficialidade do exército e setores extremistas da direita. Em meados dos anos setenta, quando Florestan Fernandes finalizava seu livro, o apoio ao regime militar, ativo ou passivo, estendia-se por uma grande parcela das classes médias e penetrava alguns setores das classes populares.

Nas universidades, onde alguns professores e estudantes eram caçados, aprisionados, exilados, ou mantidos sob uma estrita vigilância, desenvolvia-se um "profissionalismo" e "apoliticismo", em setores do corpo docente e discente que, nos fatos, constituía uma espécie de contraponto acadêmico do desenvolvimentismo militar. Nesses anos, não era apenas perigoso para um intelectual – por mais prestígio que tivesse – assinalar em um livro sua adesão ao socialismo, e mais ainda ao socialismo revolucionário. Nessa época, fazê-lo começava a ser – como o é hoje – , definitivamente, de *mauvais goût*. Nesse contexto histórico, é quase desnecessário lembrar, a redação e a edição de *A revolução burguesa no Brasil* constituía um ato político democrático e militante antiditatorial ativo.

O sociólogo José de Souza Martins teve a honra e o privilégio de ter convivido, profissional e pessoalmente, com Florestan Fernandes. Em um amplo comentário ao Jornal de Resenhas da *Folha de São Paulo*, em 4 de setembro do ano passado – *O Brasil de Florestan Fernandes* –, lembrava que: "O professor Florestan Fernandes, nos últimos anos, preocupou-se muito em assegurar, até onde lhe era possível, que a leitura de sua obra levaria em conta uma linha de retidão e coerência, do primeiro ao último trabalho. Sobretudo, ele parecia muito preocupado em assegurar que seus leitores de agora não vissem nela uma obra fraturada em dois momentos inconciliáveis: o do sociólogo e o do socialista." Segundo José de Souza Martins, Florestan Fernandes temia ser classificado de "ecclético".

Na obra sociológica de Florestan Fernandes sobressaem os singulares coerência, rigor e fidelidade do autor com suas principais opções metodológicas. Nesse sentido, a sua ojeriza aos "modismos interpretativos" tão comuns atualmente em importantes franjas dos meios acadêmicos, estrangeiros e brasileiros, constituía certamente expressão de uma opção e maturidade metodológicas profundas e precoces. Desde os momentos iniciais de sua carreira, Florestan Fernandes assumiu como principais opções metodológicas o "funcionalismo positivista de Durkheim" e a "metodologia dos tipos ideais de Max Weber" (GORENDER: 1995, 30.)

Entretanto, acredito que *A revolução burguesa no Brasil* expresse uma espécie de dualismo que divide, em forma poderosa e frutífera, a obra de Florestan Fernandes. Talvez a consciência dessa realidade e a vontade de questioná-la e interpretá-la, do mesmo modo que fizera com os temas sociológicos que abordara, fosse a fonte do sentimento de insatisfação de Florestan Fernandes, registrado por José de Souza Marins em seu artigo para o *Jornal de Resenhas*.

A crítica sociológica da formação do Estado nacional e da gênese, desenvolvimento e concretização singular da "revolução burguesa no Brasil", apresentada no livro homônimo, constitui um dos mais complexos estudos nacionais sobre o tema. Sobretudo as duas primeiras partes do livro, "As origens da revolução burguesa" e "A formação da ordem social competitiva", como já assinalamos, escritas em 1966, constituem uma rigorosa e convincente aplicação das opções sociológicas do autor aos problemas abordados. O modelo interpretativo de Florestan Fernandes sobre a revolução burguesa é de amplo domínio. Apenas para compreensão desta apresentação, tentarei realizar uma síntese, certamente muito incompleta e aproximativa, desse modelo.

Durante a colônia, o Brasil constituía uma sociedade sufocada por uma ordem estamental, patrimonial e escravista. A riqueza produzida pelo escravo era acaparada, sobretudo, pela metrópole e, secundariamente, pelos proprietários nativos. Os senhores-de-engenhos regiam-se por determinações estamentais. Apenas os grandes comerciantes e os artesãos expressavam, tênueamente, um ideário capitalista, burguês e liberal, dependente do capitalismo exterior.

Quando da crise do Antigo Regime, sob a pressão do capitalismo externo, a Independência determinou a superação do estatuto colonial e a interiorização das decisões político-administrativas. Essa transformação política constituiria a "primeira revolução social" brasileira, mesmo não tendo superado a ordem estamental, patrimonialista e escravista. Porém, nesse contexto singular, o "espírito capitalista" e "empreendedor" desenvolvido na esfera do "capitalismo comercial", ganhava força relativa no mundo urbano, estabelecendo articulações com o interior.

Quando da Independência, a ideologia liberal desempenharia um importante papel como vetor ideológico da ruptura com a metrópole e da inserção subordinada das elites e do país na nova ordem internacional. O ideário liberal pressionaria no sentido da autonomização do poder do Estado das práticas patrimonialistas, contrabalançando as influências nefastas da escravidão. Sem o liberalismo, afirmava Florestan Fernandes, "talvez" tivesse ocorrido "a fragmentação do país".

Portanto, um Estado nacional incluso nascia das pressões progressistas do capitalismo externo, amortecidas pela acomodação com a ordem patrimonialista, estamental e escravista interna. A ordem competitiva expressava-se apenas e os direitos de cidadania restringiam-se às elites. Apesar dessa inconclusão, o progresso conhecido pela ordem capitalista externa seria visto como ideal a ser alcançado num futuro distante.

A Independência ensejaria importantes transformações. A influência mais direta do mercado capitalista internacional ampliaria o mercado interno e as relações comerciais, desenvolvendo um núcleo urbano de interesses comerciais, organizado segundo os padrões racionais próprios à "iniciativa privada", importados ou transportados do exterior.

O estabelecimento de laços do "setor novo" – urbano, comercial, capitalista e competitivo – com a produção rural escravista determinaria que ela funcionasse, internamente, como fonte de acumulação originária, já que a Independência estabeleceria uma nova partição dos bens nacionais entre os interesses capitalistas externos e as elites rurais internas, em condições relativamente vantajosas para as últimas.

No novo contexto, o "comerciante" constituía o principal agente da revolução burguesa. Os senhores rurais patrimonialistas, sob pressão da economia e do mercado internacional, interiorizada pelas relações comerciais e pelo "setor novo", apenas assumiam práticas mais racionais e econômicas, sem abandonar os princípios estamentais e patrimonialistas.

O "setor novo" fora necessário para a transição da ordem colonial para a nacional. Transição promovida pelas elites rurais, conscientes da necessidade do rompimento com o estatuto colonial. Porém, o "setor novo" era apenas aceito desde que não conflitasse com os princípios patrimonialistas, estamentais e escravistas da lavoura. A influência positiva dos novos e progressistas padrões de comportamento capitalistas, ensejados pelos vínculos comerciais com o exterior, eram incapazes de dissolverem a ordem patrimonialista

O crescimento quantitativo da pressão externa do mercado capitalista e da interior do "setor novo" determinam transformações qualitativas internas. A economia de mercado irrompeu com força revolucionária levando o escravismo à desagregação. Quando o "mercado" e não mais o "patrimonialismo" passou a ser visto como fator de classificação social, a escravidão tornou-se inviável. No novo contexto, o "fazendeiro do oeste paulista" e o "imigrante" assumiriam papéis revolucionários na transição para uma sociedade de classes.

O "fazendeiro do oeste paulista" seria o grande agente "humano nativo" da revolução burguesa. Filho de um setor agrário com raízes senhoriais recentes, superaria o comportamento patrimonialista e identificaria-se com a ordem e com a racionalidade burguesa. O "imigrante", imbuído de uma "mentalidade capitalista", imediatista e predatória, racional e refratária ao patrimonialismo, interessado em acumular riqueza para voltar à pátria, transformaria-se, a seguir, no "herói da industrialização" nacional.

A Abolição, processo revolucionário encetado pelo setor mais avançado da elite cafeicultora paulista, assinalaria a crise final da ordem patrimonialista e a dominância da sociedade de classes. No processo, nenhum papel desempenhariam o "escravo", o "liberto" ou o "o homem livre dependente". As elites rurais esvaziariam "a revolução abolicionista do significado político e da sua grandeza humana".

Quando da Independência, realizara-se uma ruptura parcial do *status* colonial, já que se mantivera a ordem patrimonial, estamental e escravista excludentes e uma interpretação estamental e patrimonialista da competição e da iniciativa privada. Quando da Abolição, por motivos "egoísticos", para manterem a desigualdade interna e para realizar uma transição na ordem, as elites realizaram, novamente em forma incompleta, a nova transição, sem se apresentarem como paladinos da modernidade, da democracia e da nacionalidade.

A revolução burguesa e a transição da ordem estamental à sociedade de classes seriam realizadas com a acomodação da oligarquia tradicional com a oligarquia modernizante, prevalecendo a lógica "da dominação burguesa dos grupos oligárquicos dominantes". A influência modernizadora externa frustraria-se, com a formação de um capitalismo competitivo bastardo.

A revolução burguesa não revolucionaria a nação gerando uma democracia plena, competitiva e nacional que rompesse com a dependência externa e com a exclusão interna. O processo de transição daria origem a uma democracia burguesa restritiva, autocrática e dependente, que não atentaria aos "interesses nacionais" e negligenciaria "os requisitos igualitários, democráticos e cívico-humanitários da ordem social competitiva", não integrando, à sociedade de classes, como cidadãos, grandes parcelas da comunidade nacional.

O caráter inconcluso da revolução burguesa comprometeria a posterior transição da economia capitalista competitiva para a economia capitalista monopolista, obrigando que as elites nacionais integrassem a nação à nova ordem internacional em forma dependente. A nova dependência possuía importantes decorrências. O capitalismo

monopolista, apesar de internar, eventualmente, formas modernas de produção, não criava, na sua periferia, os pressupostos sociais que havia ensejado nas nações centrais. Ou seja, transplantava, no máximo, um capitalismo inconcluso e excludente.

No contexto da assimilação consciente da dupla articulação – a desigualdade interna e da dominação imperialista –, a burguesia brasileira abandonava a antiga utopia burguesa de revolução nacional, assumindo um caráter francamente conservador. Nesse contexto, a revolução burguesa metamorfoseava-se em contra-revolução, aceitando a subordinação ao "imperialismo total". O novo caráter conservador da burguesia nacional não era uma herança do passado patrimonialista, estamental e escravista. Era expressão de sua própria essência dependente. O rompimento da dependência tornava-se tarefa a ser alcançada para a persecução da transição nacional de nação inconclusa à nação conclusa, de nação dependente à nação independente.

A interpretação de Florestan Fernandes sobre a revolução burguesa desenvolve-se em dois grandes momentos históricos, considerados não homogêneos e, conseqüentemente, impróprios a uma análise que se sirva do mesmo instrumental sociológico. As determinações essenciais que regeriam o ciclo histórico pré-Abolição seriam próprias a uma sociedade estamental. Nesse espaço temporal, dominariam o fenômenos extra-econômicos – ideológicos, psicológicos, comportamentais etc. – sobre os econômicos. Nesse período e nesse contexto, o motor da revolução burguesa seria a introjeção de comportamentos, práticas e éticas superiores e revolucionárias próprias ao capitalismo exterior. Os agentes internos da revolução seriam os comerciantes, os imigrantes e os cafeicultores do oeste paulista.

A evolução e superação da sociedade patrimonial e estamental brasileira não teria sido minimamente determinada pelas lutas de classes, mesmo sob a forma de confronto estamental, entre homens livres e escravos. O trabalhador escravizado está absolutamente ausente nesse quadro explicativo. Em verdade, esse último constitui um processo de ruptura radical com o método marxista de análise histórica.

A conclusão da revolução burguesa e a metamorfose da sociedade estamental em sociedade de classes apresentaria um cenário histórico e sociológico distinto. Agora, numa inversão radical, as determinações econômicas e de classes, não mais fenômenos extra-econômicos, ritmariam os grandes processos históricos nacionais. Nesse contexto, ao contrário, o autor passa a lançar mão, em forma sistemática, das categorias e das interpretações sociológicas marxistas.

A não compreensão da leitura de Florestan Fernandes do passado nacional como uma realidade dual – sociedade estamental; sociedade de classes – pode levar um leitor superficial a identificar um aparente ecletismo metodológico. Entretanto, essa transição ontológica e metodológica da análise constitui uma opção explícita e consciente, e jamais um deslize eclético.

Nesse sentido, acredito que a crítica ao modelo explicativo de Florestan Fernandes no relativo à revolução burguesa no Brasil deva ser realizado a partir do questionamento da sociedade brasileira colonial, como uma ordem estamental. Ou seja, como um questionamento de sua abordagem metodológica. No caso em que esse questionamento seja feito com base na compreensão da vigência de uma organização social escravista e classista, colonial ou mercantil, no período pré-Abolição, teríamos uma inversão total dos elementos analíticos, já que o elemento unificador da nacionalidade, quando da Independência, passaria a constituir a escravidão, e a contradição social essencial, durante o período colonial e imperial, a existente entre escravos e senhores-de-escravos.

Nesse caso, a escravidão passaria a ser considerada como uma totalidade, possuidora de coerência e racionalidade próprias e, em nenhum caso, uma ordem social e econômica incompleta, inacabada ou capenga, uma espécie de parada intermediária, em que a estação final constituiria a ordem capitalista. Tal interpretação tem sido e vem sendo desenvolvida, sobretudo nos últimos trinta anos, por historiadores e cientistas sociais brasileiros que compreendem o passado escravista brasileiro como uma sociedade de classes regida pela contradição entre senhores-de-escravos e trabalhadores escravizados.

O historiador Jacob Gorender, em artigo recentemente escrito em homenagem a Florestan Fernandes – "Conhecimento social e militância política em Florestan Fernandes" (*Práxis* nº 5) –, ao comentar *A revolução burguesa no Brasil*, propôs que o homenageado partisse, em sua análise, de "um tipo não só ideal, mas idealizado da revolução burguesa". (GORENDER: 1995, 31.) Tal apreciação parece-me pertinente. Como vimos, um dos axiomas essenciais da interpretação de Florestan Fernandes é a negativa e a incapacidade das forças burguesas no Brasil de realizarem e concluírem a verdadeira revolução nacional.

Na Europa, como alhures, o desenvolvimento e a consolidação das tarefas democráticas assentaram-se na capacidade das classes trabalhadoras de vergarem as tendências autoritárias e antidemocráticas das elites burguesas hegemônicas. A burguesia francesa, imediatamente após destruir a ordem feudal e apoderar-se o poder político, empenhou-se em um ativismo contra-revolucionário e conservador que, de



repressão em repressão, massacre em massacre, terminou no crime cometido contra a população parisiense em 1871.

Entretanto, essa idealização da revolução burguesa, uma das chaves analíticas da leitura de Florestan Fernandes da sociedade pré-republicana, não se projeta, com o mesmo conteúdo, quando da análise da sociedade brasileira contemporânea. Ela jamais constitui trampolim para idealizações, ou para a construção de falsas esperanças na ordem burguesa contemporânea. Ao contrário, serve para a denúncia e o combate à ordem burguesa. Parece-me essencial, para a apreciarmos, esse fato, não apenas a compreensão do caráter não homogêneo da história nacional, mas também os fenômenos que eventualmente determinaram essa visão dual e, sobretudo, o seu significado último.

No capítulo sétimo de "A burguesia no Brasil" – O modelo autocrático-burguês de transformação capitalista –, Florestan Fernandes aborda a gênese e os prováveis desdobramento do Estado de exceção surgido, no Brasil, em 31 de março de 1964. Essa parte do livro, como vimos, foi escrita em 1973, em um momento em que a ditadura e o grande capital haviam construídos um amplo consenso social, nascido do desenvolvimento da produção capitalista, da repressão e da derrota da esquerda. Tal situação pesava, profunda e dolorosamente, sobre uma vanguarda marxista e operária batida, dispersa e – em boa parte – desmoralizada.

Nesse contexto social e ideológico adverso, em que se insinuavam propostas liquidacionistas, de desaparecimento e enfraquecimento da classe operária como vanguarda revolucionária, de superação do marxismo como método de análise social e, até mesmo, sobre o caráter progressista da "revolução econômica" promovida pela nova ordem, Florestan Fernandes perscrutou e desvelou, com uma sensibilidade singular, aspectos essenciais da realidade brasileira da época em transformação.

Na última parte de seu livro, Florestan Fernandes explicita, com singular pertinência, a incapacidade da burguesia brasileira de manter, por longo prazo, o regime de exceção, já que, para isto, necessitaria "acelerar, livremente, o desenvolvimento econômico" e, ao mesmo tempo "manter acesa a contra-revolução preventiva". Lembra assim a impertinência das propostas que afirmavam ter o ordem militar "chegado para ficar". Mais ainda, lembrava que, mesmo sem explicitar-se pelos meios tradicionais, a luta de classes, entre possuídos e despossuídos, lavrava intensamente no Brasil, e que o desenvolvimento industrial e a extensão da sociedade de classes tornavam "as realidades do regime de classe muito mais virulentas e irreversíveis do que eram antes". Ou seja, que as tensões de classe cresciam e não decresciam.

Lembrava, igualmente: o "novo padrão de desenvolvimento capitalista" determinaria um crescente e positivo aumento da "participação econômica" dos assalariados, criando uma base mais sólida para os "mecanismos de consciência e de luta de classe". E, combatendo o "simplismo sociológico do quanto pior, melhor": "pela primeira vez na história do capitalismo no Brasil, os assalariados, em geral, e as classes operárias, em particular" deixariam "de ser meros instrumentos e vítimas-mudas passivas do desenvolvimento capitalista".

Essas proposta podem parecer truísmos, hoje, em 1996, com a construção do PT. Elas constituíam, em 1973, o resultado de uma análise singularmente penetrante das tendências mais profundas do movimento social brasileiro, ainda mais quando essa apreciação não desembocava em nenhum messianismo operário. Naquele então, Florestan Fernandes assinalava que, no futuro, encontravam-se igualmente abertos o caminho para a cooptação e integração burguesa do movimento operário ou para o desenvolvimento de seu espírito anticapitalista.

Nos tempos de exceção, a ficção e os tempos pretéritos servem para os cientistas sociais e artistas como campo de críticas metafóricas e indiretas às elites dominantes, quando faze-las, em forma direta e no presente, constitui iniciativa temerária. Acredito que o aparente paradoxo de que em *A revolução burguesa no Brasil* ocorra precisamente o contrário – o passado seja idealizado, o presente realizado – explique-se pelo aprofundamento e radicalização, em 1973, da crítica à sociedade nacional iniciada, por Florestan Fernandes, em 1966.

Na primeira parte do trabalho, enquanto analisa o passado distante, tido como uma sociedade estamental, Florestan Fernandes aborda com uma linguagem sociológica neutra e com quase simpatia a ordem e a ideologia burguesas nascentes. A descrição do agir dos cafeicultores do oeste paulista, vistos como principais vetores da transição para a sociedade de classes, em alguns momentos, aproxima-se da quase apologia do passado das elites paulistas contemporâneas.

Parece-me importante uma tentativa de interpretação, mesmo exploratória e provisória, das eventuais determinantes históricas e sociológicas das superações metodológicas e analíticas da terceira parte do livro em relação às duas primeiras. São conhecidas as origens extremamente pobres – quase miseráveis – de Florestan Fernandes. É igualmente sabido que a construção de uma sólida e reconhecida carreira universitária constituiu para ele um verdadeiro projeto de vida. Tal objetivo foi perseguido com invulgar persistência e integridade. E foi realizado com uma completude igualmente singular.

O cenário acadêmico escolhido por Florestan Fernandes para a realização de objetivos profissionais e pessoais certamente determinou, por muito tempo, os quadros mínimos e máximos de sua ação intelectual e social. As opções metodológicas básicas, o papel nulo do trabalhador escravizado como categoria essencial do passado pré-Abolição e o próprio afastamento da militância que manteve durante o Estado Novo não podem ser compreendidos dissociados do espaço no qual construiu sua monumental obra teórica e sua carreira profissional – o mundo acadêmico paulista dos anos 1940-1960. O fato de ele ser um membro expoente da comunidade acadêmica certamente determinou o conteúdo da "resposta intelectual" redigida em 1966 ao governo militar e, eventualmente, a desistência de sua conclusão e apresentação, naquele momento:

"Comecei a escrever este livro em 1966. Ele deveria ser uma resposta intelectual à situação política que se criara com o regime instaurado em 31 de março de 1964. A primeira parte foi escrita no primeiro semestre daquele ano; o fragmento da segunda parte, no fim do primeiro ano. Vários colegas e amigos leram a primeira parte, alguns demonstrando aceitar os meus pontos de vista, outros combatendo-os. Isso desanimou-me, levando-me a desistir do ensaio e a investir o tempo livre em atividades vinculadas ao ensino e ao movimento universitário".

Ao contrário, o fato da terceira parte do livro ter sido concluída em 1973, quando o Estado de exceção mostrara já sua natureza e quando ele encontrava-se irremediavelmente afastado, por ato arbitrário, de sua situação acadêmica, certamente ajudam a compreender o caráter radical da nova leitura e a opção por novos instrumentais metodológicos. A ruptura – talvez temida e certamente não desejada em 1966 – efetivara-se e, então, a "resposta intelectual" ao regime militar pode dar-se, objetivamente, de fora do mundo acadêmico, em forma mais radical.

Tal evolução ajudaria a compreender por que, à medida que a análise engolfa-se nos tempos contemporâneos, no cotidiano vivido, o que poderia ser apresentado como "neutralidade axiológica e sociológica" do autor – presente na primeira e segunda parte do livro – tende, não raro, a desaparecer, expressando profunda indignação democrática e um – arriscamos a dizer – genuíno ódio de classe. Em forma verdadeiramente temerária, os nomes começam a ser dados aos bois e, em alguns momento, a indignação e a denúncia explodem com singular virulência. Ao analisar a "ordem de 64" Florestan Fernandes assinala:

"Em suas investigações, o sociólogo não pode deixar de vacilar diante dos resultados de suas observações e de suas interpretações! Parece incrível que semelhante tipo de opressão sistemática possa existir nos nossos dias atuais; e, mais ainda, que ela e os terríveis mecanismos de

repressão a que precisa recorrer, possam ser conciliados com os ideais igualitários, de respeito à pessoa humana, aos direitos fundamentais do homem e ao estilo democrático de vida. No entanto, ela aí está – e não apenas na sociedade brasileira!"

Já assinalamos que o livro fora escrito e publicado em ano ainda distante da chamada abertura democrática, nos momentos em que o regime militar desdobrava força e recursos para liquidar fisicamente os remanescentes dos grupos armados e o movimento insurgente animado pelo PCdoB no Araguaia.

*A Revolução Burguesa no Brasil* constituiu uma das mais densas e complexas apresentações da chamada Teoria da Dependência. No momento em que foi editado, o senhor Fernando Henrique Cardoso já havia escrito, em associação, *Dependencia y desarrollo en América Latina*, publicado no México em 1969. Muitas vezes, as visões de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso sobre o capitalismo dependente foram e têm sido abusivamente aproximadas.

Em 1974, os modelos interpretativos dos dois sociólogos já se afastavam, em pontos nodais. Como assinalamos, Florestan Fernandes via a dependência do regime colonial e pós-colonial ao mercado externo como fator de desenvolvimento. Entretanto, o caráter progressista desse "integracionismo" esgotava-se com a incapacidade das burguesias nacionais de realizarem a revolução nacional. O passo seguinte, a ruptura da dependência, seria realizada, dentro ou fora da ordem, necessariamente por obra dos trabalhadores e das classes revolucionárias, associados à revolução mundial.

Entretanto, nosso atual presidente já dera, havia algum tempo, no mínimo um passo adiante em direção oposta. Em artigo de 1971, "O modelo político brasileiro", afirmava que "o golpe de 1964" teria deslocado "o setor nacional-burguês e o grupo estatista-desenvolvimentista da posição hegemônica que detinham, em proveito do setor mais internacionalizado da burguesia, mais dinâmico e mais 'moderno', porque parte integrante do sistema produtivo do capitalismo internacional".

Para ele, o golpe de 1964 teria posto "a burguesia nacional em compasso com o desenvolvimento do capitalismo internacional" e subordinado "a economia nacional a formas mais modernas de dominância econômica". Efetivamente, FHC via como positiva e inevitável a crescente subjunção do capitalismo brasileiro ao internacional. Criticava apenas o regime militar como superestrutura autoritária, desnecessária e eventualmente desestabilizadoras. Ou seja,

não via na dependência um fenômeno nefasto a ser vencido. Mas sim uma relação desejável à qual devíamos entregar-nos com gosto.

Essa referência final a Fernando Henrique busca apenas ressaltar a enorme pressão que a derrota de 64 e dos anos setenta causara a setores democráticos e da esquerda brasileira e a dominância das determinações ideológicas profundas sobre as conclusões dos sociólogos e dos cientistas sociais, quando postos diante de questões que expressem confrontos sociais essenciais. Nos momentos em que importantes intérpretes e estudiosos de nossa realidade ensaiavam o retrocesso que se transformou em debandada, vinte anos mais tarde, Florestan Fernandes queimava caravelas e rompia laços com o passado.

Para muitos, terá sido uma surpresa a galhardia com que Florestan Fernandes manteve sua integridade intelectual e política, nos anos setenta e vinte anos mais tarde, quando a vitória histórica do capital sobre o trabalho causou verdadeira hecatombe entre a intelectualidade marxista nacional e internacional. A tal ponto isto é verdade que a Folha de São Paulo, há alguns meses, num sentido não desprovido de ironia conservadora, definiu Florestan Fernandes como "A estrela solitária do socialismo revolucionário". Certamente, para Florestan Fernandes teria sido impensável comportar-se de maneira diversa. Em 1974, escrevera que na "América Latina já se faz muito quando se vive com honestidade o ideal de vida de um socialista e se observa com a coerência possível as idéias centrais do socialismo revolucionário". Um outro projeto de vida que soube, igualmente, realizar sem concessões.

---

**C**aro Leitor, esperamos que a leitura desta resenha, pertencente à Revista Praxis número 8, Março de 1997, tenha sido proveitosa e agradável.

São permitidas a **reprodução, distribuição e impressão** deste texto com a devida e inalienável citação da sua **origem**. Direitos Reservados ©.

---

**Leitor, fale-nos sobre você  
(About you)**

Qual o seu nome? (What is your name?)

Qual a sua cidade/estado/país?  
(Where are you from?)

Qual o seu e-mail? (E-mail address?)

Este espaço é para suas sugestões e críticas.

Escreva seus Comentários aqui. (Your Comments)

Remeter - Send

Limpar - Clear



[Retornar ao início da página](#)

**PRAXIS**

Clique [aqui](#) para acessar a Primeira Página da Revista Práxis na Internet.

**PRAXIS**

Clique [aqui](#) para conhecer as Características da Revista Práxis na Internet.

**PRAXIS**

Clique [aqui](#) para acessar o Conteúdo por Tomos da Revista Práxis na Internet.

**PRAXIS**

Clique [aqui](#) para acessar o Conteúdo do Tomo 8 da Revista Práxis na Internet.

**PRAXIS**

Clique [aqui](#) para acessar a Lista de Autores publicados pela Revista Práxis na Internet.

**PRAXIS**

Clique [aqui](#) para acessar a Lista de Artigos e Ensaios publicados na Revista Práxis na Internet.

**PRAXIS**

Clique [aqui](#) para acessar o Conteúdo por Assuntos da Revista Práxis na Internet.



Para contatar a Revista Práxis mande um e-mail para [rvpraxis@gold.com.br](mailto:rvpraxis@gold.com.br)

ou leia a [Página de Endereços para Contatos](#).



Para contatar o WebMaster da Revista Práxis na Internet mande um e-mail para: [wmpraxis@horizontes.net](mailto:wmpraxis@horizontes.net)

Navegando pelas páginas já visitadas

Página Anterior

Próxima Página

---

Contrôle da música de fundo

**Néliton Azevedo, Editor, WebMaster.**

**© Projeto Joaquim de Oliveira, 1997. All rights reserved.**

**Terça-Feira, 12 de Junho de 118**